

# SIMULADO

COM RESOLUÇÃO DE QUESTÕES

Instagram

LIVE

@COMPLEXO\_  
CONCURSOS

DISCIPLINA:

► DIREITO  
CONSTITUCIONAL

## CADERNO DE PROVA



/ SEXTA-FEIRA **29/MAR**

NOITE: 22H15



COMPLEXO  
CURSOS E CONCURSOS



PROF.º PH LIRA



# COMPLEXO CURSOS E CONCURSOS

## SIMULADO DE REVISÃO



### SIMULADO DE REVISÃO

#### DIR. CONSTITUCIONAL

01 - Seria incompatível com as normas constitucionais garantidoras de direitos e garantias fundamentais

a) o estabelecimento de restrições, por lei, à entrada ou permanência de pessoas com seus bens no território nacional.

b) a reunião pacífica, sem armas, em local aberto ao público, independentemente de autorização, mediante aviso prévio à autoridade competente.

c) a suspensão das atividades de associação por decisão judicial não transitada em julgado.

d) a interceptação de comunicações telefônicas, para fins de investigação criminal, por determinação da autoridade policial competente.

e) a entrada na casa, sem consentimento do morador, em caso de flagrante delito, durante a noite.

02 - Em conformidade com a Constituição Federal, implicará a nulidade do ato e a punição da autoridade responsável, nos termos da lei, a inobservância da regra constitucional segundo a qual

a) é vedado aos estrangeiros o acesso a cargos, empregos e funções públicas.

b) o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período.

c) é vedada a acumulação remunerada de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.

d) os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público deverão ser computados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.

e) as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo em comissão, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

03 - A nacionalidade brasileira

a) é incompatível com a nacionalidade originária reconhecida por Estado estrangeiro.

b) é incompatível com a nacionalidade derivada outorgada por Estado estrangeiro que a exija para fins de exercício de direitos civis.

c) é compatível com a nacionalidade derivada outorgada por Estado estrangeiro como condição para permanência do brasileiro em seu território.

d) nata é condição para a investidura nos cargos de Presidente da República, de Vice-Presidente da República, de Presidente da Câmara dos Deputados, de Presidente do Senado Federal, de Ministro do Supremo Tribunal Federal, de Ministro da Defesa, da carreira diplomática e do oficialato das forças armadas e das polícias militares.

e) derivada deverá ser reconhecida aos estrangeiros residentes no Brasil há mais de quinze anos ininterruptos e sem condenações judiciais, desde que a requeiram.

04 - Sobre o tema súmula vinculante, assinale a opção INCORRETA.

a) A súmula vinculante deverá ser aprovada por maioria de 2/3 dos votos do Supremo Tribunal Federal, havendo de incidir sobre matéria constitucional que tenha sido objeto de decisões reiteradas do Tribunal e seu efeito "normativo e vinculante" atingirá diretamente os Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo.

b) A Emenda Constitucional de 45/2004 deu ao Supremo Tribunal Federal o papel de editar súmula de natureza vinculante.

c) O Poder Legislativo não é atingido diretamente pela força "normativa e vinculante" da súmula, em observância ao princípio da separação de poderes.

d) Os efeitos vinculantes da súmula se estendem aos demais órgãos do Poder Judiciário e à Administração Pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.

e) A súmula vinculante deve ser aprovada por maioria de 2/3 dos votos do Supremo Tribunal Federal, vale dizer, há necessidade de oito votos para que a súmula seja vinculante.

05 - O Conselho da República é órgão superior de consulta do Presidente da República, e dele participam, EXCETO o(s):

a) Presidente da Câmara dos Deputados.

b) Líderes da maioria e da minoria da Câmara dos Deputados.

c) Ministro do Planejamento.

d) Presidente do Senado Federal.

e) Ministro da Justiça.

06 - Considere as seguintes competências atribuídas ao Poder Legislativo federal:

I. Dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito externo e interno de Estados e do Distrito Federal.

II. Estabelecer limites globais e condições para o montante da dívida mobiliária dos Estados e do Distrito Federal.

III. Avaliar periodicamente o desempenho das Administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

IV. Julgar anualmente as contas prestadas pelo Presidente da República.

À luz da Constituição da República, referidas competências são exercidas, respectivamente, por:

a) I Senado Federal / II Senado Federal / III Congresso Nacional / IV Câmara dos Deputados

b) I Congresso Nacional / II Congresso Nacional / III Senado Federal / IV Congresso Nacional

c) I Congresso Nacional / II Senado Federal / III Congresso Nacional / IV Câmara dos Deputados

d) I Senado Federal / II Senado Federal / III Senado Federal / IV Congresso Nacional

e) I Câmara dos Deputados / II Câmara dos Deputados / III Senado Federal / IV Congresso Nacional

07 - Considerando-se o disposto na Constituição Federal de 1988, marque V ou F, conforme as afirmações a seguir sejam verdadeiras ou falsas.

( ) O Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

( ) O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário, sendo que cada um destes elegerá quatro Senadores, com mandato de oito anos.

( ) Cada Senador será eleito com três suplentes.

( ) O número total de Deputados, bem como a representação por Estado e pelo Distrito Federal, será estabelecido por lei complementar, proporcionalmente à população, procedendo-se aos ajustes necessários, no ano anterior às eleições, para que nenhuma daquelas unidades da Federação tenha menos de oito ou mais de sessenta Deputados.

( ) A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema proporcional, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal.

A sequência correta, de cima para baixo, é:

a) F - V - V - F - V

b) V - F - F - V - V

c) V - F - F - F - V

d) V - F - V - F - F

# COMPLEXO CURSOS E CONCURSOS SIMULADO DE REVISÃO

## DIR. ADMINISTRATIVO

08 - Sobre o tema dos princípios constitucionais da Administração Pública, pode-se afirmar que:

- a) o princípio da publicidade dos atos administrativos tem como objetivo tornar exigível o conteúdo do ato.
- b) a nomeação de parente para ocupar cargo em comissão de livre nomeação e exoneração não constitui afronta ao princípio da moralidade.
- c) no princípio da impessoalidade está contida a ideia de que o atendimento ao administrado deve levar em consideração o seu prestígio social junto à sua comunidade.
- d) o princípio da eficiência na Administração Pública deve ser aplicado e analisado tendo como base a lógica da iniciativa privada de como administrar.
- e) o princípio da legalidade não impede que a Administração Pública crie qualquer tipo de direito mediante simples ato administrativo.

09 - Agente Público é todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função pública. Os particulares que recebem a incumbência da execução de determinada atividade, obra ou serviço público e o realizam em nome próprio, por sua conta e risco, são denominados agentes:

- a) honoríficos.
- b) credenciados.
- c) delegados.
- d) investidos.
- e) consignados.

10 - Acerca do conceito de ato administrativo, assinale a alternativa correta.

- a) Decorre de acontecimentos naturais que independem do homem ou que dele dependem apenas indiretamente.
- b) Ocorre quando o fato corresponde à descrição contida na norma legal.
- c) Ocorre quando o fato descrito na norma legal produz efeitos no campo do direito administrativo.
- d) É a declaração do Estado ou de quem o represente, que produz efeitos jurídicos imediatos, com observância da lei, sob regime jurídico de direito público e sujeita a controle pelo Poder Judiciário.
- e) É todo ato praticado no exercício da função administrativa.

11 - Dentre as diversas atividades realizadas pelo Estado, no desempenho de suas funções executivas, representam expressão de seu poder de polícia:

- a) a regulação ou poder regulamentar, que visam conformar, de forma restritiva ou indutiva, as atividades econômicas aos interesses da coletividade, podendo abranger medidas normativas, administrativas, materiais, preventivas e fiscalizatórias e sancionatórias.
- b) as medidas disciplinares e hierárquicas adotadas para conformação da atuação dos servidores públicos e dos contratados pela Administração às normas e posturas por essa impostas.
- c) a fiscalização e atuação de condutores exercidas pelas autarquias que desempenham serviços públicos rodoviários.
- d) a autotutela exercida pela Administração pública sobre seus próprios atos, que inclui a possibilidade de revisão e anulação dos mesmos.
- e) a imposição de multas contratuais a empresas estatais exploradoras de atividades econômicas ou prestadoras de serviços públicos, que também exercem poder de polícia ao impor multas a usuários dos serviços e atividades que prestam.

12 - O ato de um administrador público que, ao punir um servidor, impusesse a este uma pena física (que obviamente não estaria prevista em lei), caracterizaria

- a) ato discricionário.
- b) ato anulável.
- c) abuso de autoridade, na modalidade excesso de poder.

d) abuso de poder na modalidade desvio de poder ou desvio de finalidade.

13 - Em relação aos poderes e deveres do administrador público, avalie se as afirmativas a seguir são falsas (F) ou verdadeiras (V):

- \* O poder-dever de agir é o poder conferido à Administração para o atendimento do fim público, um dever de agir.
- \* Os poderes e deveres do administrador público são os expressos em lei, os impostos pela moral administrativa e os exigidos pelo interesse da coletividade.
- \* Cada agente administrativo é investido da necessária parcela de poder público para o desempenho de suas atribuições. Esse poder deve ser usado normalmente, como atributo do cargo ou da função, e como privilégio da pessoa que o exerce.

As afirmativas são respectivamente:

- a) V, V e V. b) V, V e F. c) V, F e V. d) F, V e F. e) F, F e V.

14 - Sobre a Invalidação ou a Revogação de Ato Administrativo, é INCORRETA a alternativa:

- a) O Ato Invalidado pode ter efeito ex tunc ou ex nunc;
- b) O Judiciário pode determinar a revogação de um ato;
- c) O motivo da invalidação de um ato administrativo é por sua ilegitimidade;
- d) Apenas a Administração (autoridade no exercício de função administrativa) pode revogar um ato.

15 - Assinale a alternativa que apresenta um dos atributos do ato administrativo.

- a) A competência. b) A tipicidade. c) A finalidade.
- d) A forma. e) O objetivo.

16 - Uma autorização que dependa do visto de uma autoridade superior para produzir efeitos, é exemplo de ato administrativo

- a) Geral.
- b) Complexo.
- c) Simples.
- d) Composto.
- e) Enunciativo.

17 - Considere o seguinte exemplo de ato administrativo: nomeação para cargo público inexistente. No caso citado, há

- a) vício no motivo do ato administrativo.
- b) vício no objeto do ato administrativo.
- c) vício de competência do ato administrativo.
- d) absoluta impossibilidade de produção de efeitos do mencionado ato; portanto, inexistente qualquer vício.
- e) vício de forma do ato administrativo.

**BATIDÃO DE EXERCÍCIO**  
TURMA COM RESOLUÇÃO DE QUESTÕES

AB | TJ-RR | AGEPEN  
SECRETARIA PENAL | TRIBUNAL DE JUSTIÇA | AGENTE PENITENCIÁRIO DE VIGILÂNCIA

NESTE SÁBADO  
**30/MAR**

DISCIPLINA: DIREITO PENAL, PROCESSO PENAL, DIR. ADMINISTRATIVO

1º LOTE R\$ 15,00 | 2º LOTE R\$ 20,00

PROFESSOR PH LIRA | PROFESSOR WAGNER

COMPLEXO CURSOS E CONCURSOS

1811 3623 0100 | 3034 1048 30100 1006 | 30190 0206 | complexo\_cursos | www.complexocursos.com.br